

CURRICULUM
de
JOSÉ MANUEL LEBRE DE FREITAS

Nascido em 8/03/39 em Lisboa, frequentou a instrução primária em Aguiçim/Anadia, tendo sido aprovado no exame da 4ª classe em 1949 com a classificação de Bom com Distinção.

Frequentou o liceu em Lisboa, tendo concluído o 1º ciclo em 1951 com a classificação de 16 valores, o 2º ciclo em 1954 com a classificação de 17 valores (ambos no Liceu Gil Vicente) e o 3º ciclo em 1956 com a média de 16 valores (no Liceu Passos Manuel).

Deu explicações, designadamente de português, línguas estrangeiras e matemática, enquanto tirava o curso dos liceus.

Frequentou cursos de francês (Alliance Française e, nas férias de 1958, Aix-en-Provence), inglês (Instituto Britânico, Central School of Languages e, nas férias de 1968, Edimburgo) e alemão (Instituto Alemão, Associação de Amizade Portugal-RDA e, nas férias de 1962, Heidelberg). Aprendeu empiricamente italiano, espanhol e, rudimentarmente, grego moderno.

Tendo ingressado na Faculdade de Direito de Lisboa em outubro de 1956, concluiu o curso em 1962 (como aluno ordinário nos três primeiros

anos e como voluntário nos dois seguintes) com a média de 14 valores, depois de não se ter podido apresentar (no 4º ano), na frequência de Direito Processual Civil I, o que determinou, por virtude de precedência, que só em 1962 pudesse fazer a cadeira de Direito Processual Civil II.

Coligiu apontamentos de lições, que deram lugar a publicações da AAFDL em matéria de Direito das Sucessões (Prof. Gomes da Silva) e Direito Penal (Prof. Cavaleiro de Ferreira).

Fez parte da Associação Académica de Direito, onde dirigiu durante dois anos o jornal “Quadrante”. Publicou, entre os 17 e os 25 anos de idade, críticas de cinema em vários jornais e revistas. Fez, na mesma época, diversas traduções de livros franceses e ingleses para a então “Livraria Moraes, Lda.”.

Foi chefe do Gabinete de Estudos da Direcção Geral dos Serviços Tutelares de Menores, nos anos de 1963 a 1965. Em 1965 iniciou o exercício da advocacia, após ter tirado o respectivo estágio com o Dr. João Paulo Cancela de Abreu, e *de facto* com o Dr. Fernando de Abranches Ferrão, ocupando simultaneamente um lugar de assistente técnico na função pública, em regime de *part time*.

Fez, durante um triénio, parte da, então eleita, Assembleia Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Entre 1974 e 1976 publicou vários artigos de análise política na imprensa, com maior incidência na “República” e no “Expresso”.

Fez, na FDL, o curso de pós-graduação (mestrado), que concluiu em 1982 com a classificação de 17 valores. Doutorou-se em 4.7.91 em Ciências Jurídicas, na FDL, com a classificação de Bom com Distinção. Fez a agregação em 2002 na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Ingressou em 1975 no corpo de assistentes da Faculdade de Direito de Lisboa, onde fez parte, durante dois anos, do Conselho Pedagógico. Foi contratado como professor auxiliar da FDL após o doutoramento. Concorreu a professor associado da FDL, tendo sido como tal contratado em 1995. Transferiu-se em 2001 para a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, onde passou a professor catedrático em 2003. Deu cursos na Universidade Autónoma de Lisboa e na Universidade Lusíada, além de, esporadicamente, em outras universidades privadas. Lecionou, enquanto professor, todas as cadeiras de Direito Processual Civil do curso de licenciatura, bem como Direito das Obrigações (2 anos), Teoria Geral do Direito Civil (1 ano), Direito da Família (1 ano) e Introdução ao Estudo do Direito (2 anos), e ainda, desde 1991, cursos de mestrado (pré-Bolonha) e de doutoramento nas áreas de Direito Civil e Direito Processual Civil. Jubilou-se em 2009, continuando a lecionar cursos de doutoramento.

Publicou:

- **Registo Predial: direitos indisponíveis**, ROA, n.ºs de 1964/1965;
- **Lições de Processo Executivo** (policopiadas), AAFDL, 1979;

- **Direito Processual Civil II**, Vega, 1980;
- **A falsidade no direito probatório**, Almedina, 1984;
- **O contrato-promessa e a execução específica**, BMJ, 333 (1984);
- **Justiça e processo civil**, BMJ, 350 (1985);
- **Parecer da Comissão de Legislação da Ordem dos Advogados sobre o anteprojeto do Código de Processo Civil** (com Armindo Ribeiro Mendes), ROA, 1989, II;
- **Da aplicabilidade do art. 486-2 do Código de Processo Civil em sede de dedução de embargos de executado**, CJ, 1989, II;
- **Comissões de avaliação / Questões prévias de natureza litigiosa**, CJ, 1990, II;
- **Parecer da Comissão de Legislação da Ordem dos Advogados sobre o projeto do Código de Processo Civil** (com Armindo Ribeiro Mendes), ROA, 1990, III;
- **Simulação; força probatória dos documentos; validade de contrato de arrendamento**, CJ, 1991, I;
- **A confissão no direito probatório**, Coimbra Editora, 1991;
- **A confissão no contencioso administrativo**, BMJ, 406 (1991);
- **A penhora de bens na posse de terceiros**, ROA, 1992, II;
- **A igualdade de armas no direito processual civil português**, O Direito, 1992, IV;
- **Inconstitucionalidades do Código de Processo Civil**, ROA, 1992, II;
- **A acção executiva**, Coimbra Editora, 1993;
- **Acção executiva e caso julgado**, ROA, 1993, II;

- **A citação dos interessados como garantia da defesa no processo de expropriação**, Estudos em memória do Prof. Castro Mendes, FDL/Lex, 1994;
- **Em torno da revisão do direito processual civil**, ROA, 1995, I;
- **Revisão do processo civil**, ROA, 1995, II;
- **Apreensão, restituição, separação e venda de bens no processo de falência**, Revista da FDL, 1995;
- **Os meios processuais à disposição dos pleiteantes em sede de condições gerais dos contratos**, BMJ, 426 (1995);
- **Direito processual civil II/Relatório**, Revista da FDL, 1996, I;
- **Chamamento à autoria, direito de regresso e caso julgado prejudicial**, ROA, 1996, II;
- **Introdução ao processo civil - Conceito e princípios gerais**, Coimbra, 1996;
- **Falta e nulidade de citação / Prazo para a arguição da nulidade de citação**, O Direito, 1996, I/II;
- **A ação executiva à luz do código revisto**, Coimbra, 1997;
- **Enxertos declarativos no processo executivo**, Aspectos do novo processo civil, Lisboa, Lex, 1997;
- **Le droit portugais de l'exécution**, Les saisies et le surendettement dans l'Union Européenne, Georges de Leval/Kluwer, Haia, 1997;
- **Repetição de providência e caso julgado em caso de desistência do pedido de providência cautelar**, ROA, 1997, I;
- **La riforma portoghese del processo civile**, Rivista di diritto processuale, Milano, 1997, III;

- **A ação popular ao serviço do ambiente**, Ab uno ad omnes/75 anos da Coimbra Editora, Coimbra, 1998;
- **A fraude à lei na provocação da competência do tribunal estrangeiro**, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1998, I, e Das Recht der lusophonen Länder, Baden-Baden, 2000;
- **A reforma italiana do processo executivo: o projeto de lei de autorização legislativa Giuseppe Tarzia**, O Direito, 1998, I/II;
- **Confissão: valor probatório, eficácia no processo e interpretação; sua articulação com a causa de pedir, a admissão e outra confissão**, O Direito, 1998, III/IV;
- **La riforma italiana del processo esecutivo: il disegno di legge delega della Commissione Tarzia**, Rivista di diritto processuale, Milano, 1999, IV;
- **Código de Processo Civil anotado**, 1º vol., Coimbra, Coimbra Editora, 1999 (com João Redinha e Rui Pinto);
- **Da impenhorabilidade do direito do lojista de centro comercial**, ROA, 1999, I;
- **A revisão do Código de Processo Civil e o processo executivo**, O Direito, 1999, I/II;
- **O ónus da denúncia do defeito da empreitada no artigo 1225º do Código Civil/O facto e o direito na interpretação dos documentos**, O Direito, 1999, I/II;
- **Deserção do recurso por reprodução de alegações**, ROA, 1999, III;
- **A crise e o processo civil**, Justiça em crise? Crise da Justiça, Lisboa, D. Quixote, 2000;

- **A ação declarativa comum**, Coimbra, 2000;
- **Le respect des droits de la défense lors de l'introduction de l'instance**, L'efficacité de la justice civile en Europe, Bruxelles, Larcier, 2000;
- **As novas alterações ao Código de Processo Civil**, ROA, 2000, II;
- **O anteprojecto Hazard-Taruffo para o processo dos litígios comerciais**, Themis, 2000, II;
- **A ação executiva à luz do código revisto** (nova edição), Coimbra, 2001;
- **Os paradigmas da ação executiva**, ROA, 2001, II;
- **L'injonction de payer dans la loi portugaise**, Orders for payment in the European Union, Walter Rechberger-Georg Kodek / Kluwer, Haia, 2001;
- **Concentração da defesa e constituição de caso julgado em embargos de executado**, Estudos em homenagem a Cunha Rodrigues, Coimbra, Coimbra Editora, 2001;
- **Código de Processo Civil anotado**, 2º vol., Coimbra, Coimbra Editora, 2001 (com Rui Pinto e Montalvão Machado);
- **Algumas implicações da natureza da convenção de arbitragem**, Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel Magalhães Collaço, Coimbra, Almedina, 2002;
- **A penhora do direito ao arrendamento e trespasse**, Estudos em homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, Coimbra, Almedina, 2002, III;
- **Estudos sobre direito civil e processo civil**, Coimbra, Coimbra Editora, 2002;

- **A impugnação da confissão no direito português**, La prueba/Homenaje al maestro Hernando Devis Echandía, Colombia, 2002;
- **O silêncio do terceiro devedor**, ROA, 2002, II, e Revista de Processo, São Paulo, 163, (Set. 2008);
- **A reforma do processo executivo**, ROA, 2002, III;
- **As providências cautelares não especificadas na jurisdição administrativa**, Cadernos de justiça administrativa, 33 (2002)
- **Agente de execução e poder jurisdicional**, A reforma da acção executiva, Themis, 2003, 7;
- **A ação popular no direito português**, Sub Judice, 24, 2003, Revista da Esmape, Recife, nºs 16/17 (2002/2003), e Procesos Colectivos, México, Editorial Porrúa, 2003;
- **O “jornal da localidade” e os anúncios da venda judicial**, *Liber Amicorum* Francisco Salgado Zenha, Coimbra, Coimbra Editora, 2003;
- **Código de Processo Civil anotado**, 3º vol., Coimbra, Coimbra Editora, 2003 (com Ribeiro Mendes);
- **Penhora e oposição do executado**, A reforma da acção executiva/II, Themis, 9;
- **A ação executiva depois da reforma**, Coimbra, 2004;
- **Embargos de terceiro no processo de falência / comentário ao ac. do Tribunal Constitucional nº 63/03**, Jurisprudência Constitucional, 2004, II;
- **La preuve dans l’Union Européenne : différences et similitudes e La preuve en droit portugais**, The Law of

- Evidence in The European Union, José Lebre de Freitas/Kluwer, Haia, 2004;
- Rubrica **Portugal** do Dictionnaire de la justice, Paris, Presses Universitaires de France, 2004;
 - **La riforma del diritto portoghese dell'esecuzione**, Rivista di Diritto Processuale, 2004, IV;
 - **O primeiro ano de uma reforma executiva adiada**, Sub Judice, 29 (Out/Dez 2004), e **Balanço da reforma da acção executiva / Segredo de justiça e dever de reserva**, Coimbra, Coimbra Editora, 2005;
 - **O domicílio como critério de competência internacional em caso de intervenção principal**, Cadernos de direito privado, 8 (2004);
 - **Relatório sobre direito processual civil apresentado em provas de agregação**, Themis, 10 (2005);
 - **Pressupostos objetivos e subjetivos da insolvência**, Themis, 2005 (edição especial);
 - **A *perpetuatio fori* e a modificação subjetiva da instância**, Studi di diritto processuale civile in onore di Giuseppe Tarzia, Giuffrè, 2005;
 - **L'exemple des droits belge et portugais: conciliation organisée et vente de gré à gré**, L'exécution immobilière en Europe, Éditions Juridiques et Techniques, Paris, 2005;
 - **Incompetência do tribunal de comércio para as ações fundadas em concorrência desleal**, ROA, 2005, III;
 - **Alcance da determinação pelo tribunal judicial do objeto do litígio a submeter à arbitragem**, O Direito, 2006, I;

- **Competência do tribunal de execução para a liquidação da obrigação no caso de sentença genérica arbitral**, ROA, 2006, I;
- **Sobre a prevalência, no apenso de reclamação de créditos, do direito de retenção reconhecido por sentença**, ROA, 2006, II, e Revista de Processo, São Paulo, 162 (Agosto de 2008);
- **Processo de falência: poderes do juiz, aceitação de proposta da compra de bem imóvel e incumprimento contratual**, O Direito, 2006, V;
- **Caso julgado e causa de pedir / O enriquecimento sem causa perante o artigo 1229º do Código Civil**, ROA, 2006, III;
- **Introdução ao Processo Civil (2ª edição)**, Coimbra, Coimbra Editora, 2006;
- **A transmissão do direito à indemnização por benfeitorias e a caducidade do direito de retenção pelo facto da venda executiva**, Themis, 13 (2006);
- **A execução fundada no título formado no processo de injunção**, Themis, 13 (2006);
- **Arguição de doutoramento: “A causa de pedir na ação declarativa” de Mariana Gouveia**, Themis, 13 (2006);
- **Caducidade de alvará de farmácia e penhora de estabelecimento farmacêutico licenciado**, Themis, 13 (2006);
- **Aplicação no tempo do artigo 164º-A do Código da Falência**, Cadernos de direito privado, 16 (2006);
- **Regime processual experimental: a fase dos articulados**, Revista do CEJ, 6 (2007, I);

- ***Res judicata* in an international arbitration procedure in Portugal / The governing law**, Studia in honorem Pelayia Yessou-Faltsi, Atenas/Salónica, 2007;
- **O conceito de interessado no artigo 286º do Código Civil e sua legitimidade processual**, Estudos em Memória do Professor Doutor José Dias Marques, Almedina, 2007, e Revista de Processo, São Paulo, 161 (julho de 2008);
- **O caso julgado na arbitragem internacional que tem lugar em território português**, Homenagem da Faculdade de Direito de Lisboa ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, Almedina, 2007, e Revista de Processo, São Paulo, 159 (maio de 2008);
- **A apreensão liminar como antecipação do arresto de navio**, Nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais / Homenagem aos Professores Doutores Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, Coimbra, Coimbra Editora, 2007;
- **A ação processual civil no Código do Consumidor**, Revista Portuguesa de Direito do Consumidor, 52 (2007);
- **Algumas linhas para uma reforma do sistema de recursos / Parecer do Gabinete de Estudos da Ordem dos Advogados sobre o anteprojeto da reforma dos recursos em processo civil e Parecer do Gabinete de Estudos da Ordem dos Advogados sobre o projeto que acompanhou a proposta de lei de autorização**, Reforma dos recursos em processo civil / Trabalhos preparatórios, Coimbra, Almedina, 2008;
- **O processo civil na Constituição** (com Cristina Máximo), Coimbra, Coimbra Editora, 2008;

- **Código de Processo Civil anotado** (2ª edição), Coimbra, Coimbra Editora, 2008, vols. I e II;
- **Código de Processo Civil anotado** (2ª edição), Coimbra, Coimbra Editora, 2008, vol. III (com Armindo Ribeiro Mendes);
- **Justificação notarial: nulidade e registo**, Estudos comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Coimbra, Almedina, 2008, II;
- **Apreciação do projeto de diploma de reforma da reforma da ação executiva**, ROA, 2008, I;
- **A nova ação de despejo**, Themis, 15 (2008);
- **Oposição à execução e caso julgado no confronto da compensação**, Cadernos de direito privado, 26 (2009);
- **Competência ou incompetência internacional dos tribunais portugueses?**, ROA, 2009, I/II;
- **A citação e a notificação do artigo 1407º do Código de Processo Civil / Requisitos e nulidade**, O Direito, 2009, II;
- **A ação executiva depois da reforma da reforma**, Coimbra, Coimbra Editora, 2009;
- **Hipoteca de coisa e penhora da quota de comproprietário**, Ars Judicandi / Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves, Faculdade de Direito de Coimbra, 2008;
- **Estudos sobre direito civil e processo civil** (2ª edição, em dois volumes), Coimbra, Coimbra Editora, 2009;
- **Função e requisitos da norma do art. 389-1-b CPC/Princípio da proporcionalidade/abuso de direito**, ROA, 2009, III-IV;
- **Da renúncia ao direito de recorrer da decisão arbitral**, Themis, 16 (2009);

- **Recurso de revisão da decisão dos árbitros em processo de expropriação / Falsidade da declaração de peritos ou de ato judicial / Documento novo**, Themis 16 (2009);
- **Regime da decisão do STJ sobre ampliação da matéria de facto**, Themis, 17 (2009);
- **O facto e o direito no art. 24-1 do Código das Expropriações**, Themis, 17 (2009);
- **A identidade do objeto da decisão na norma excludente do recurso de revista**, ROA, 2009, III/IV;
- **A propriedade de prédio confinante na norma do art. 1380º-1 do Código Civil. Facto constitutivo e facto impeditivo**, Cadernos de direito privado, 30 (Abril/Junho 2010);
- **Recurso extraordinário: recurso ou ação?**, As recentes reformas na ação executiva e nos recursos, Coimbra, Coimbra Editora, 2010;
- **A desmaterialização do título executivo**, As recentes reformas na ação executiva e nos recursos, Coimbra, Coimbra Editora, 2010;
- **Intervenção de terceiros em processo arbitral**, Terceiro Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Coimbra, Almedina, 2010, e Revista de Processo, São Paulo, 209 (2012);
- **Data da citação postal quando não conste do aviso de receção a data em que ele foi assinado**, Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, Coimbra, Coimbra Editora, 2010;

- **O princípio do contraditório na nomeação de árbitro pelo presidente do tribunal da relação**, Themis, 18 (2010), e Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, 4 (2011);
- **Texto-base para a apresentação do “Livro de homenagem ao Prof. Carlos Ferreira de Almeida**, Themis, 18 (2010);
- **A exigência de celeridade e os princípios processuais / A experiência portuguesa**, Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, 304 (2010);
- **Regime de subida da apelação**, Cadernos de Direito Privado, nº especial 01 (2010);
- **Ampliação do pedido em consequência ou desenvolvimento do pedido primitivo**, Homenagem ao Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral, Coimbra, Almedina, 2010;
- **Legitimidade do insolvente para fazer valer direitos de crédito não apreendidos para a massa**, Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Carlos Ferreira de Almeida, Coimbra, Almedina, 2011, III;
- **A ação declarativa comum (2ª edição)**, Coimbra, Coimbra Editora, 2011;
- **Sobre o caso julgado formal**, Estudos em memória do Prof. Doutor J.L. Saldanha Sanches, Coimbra, Coimbra Editora, 2011;
- **Do tribunal competente para a ação de responsabilidade de gerente ou administrador de sociedade comercial**, Estudos dedicados ao Professor José Alberto Carvalho Fernandes, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011, II;

- **Meios de prova e decisão de facto**, Primeiras Jornadas de Direito Processual Civil (Olhares transmontanos), Câmara Municipal de Valpaços, 2011;
- **O direito de crédito não é um direito real** (arguição da tese de doutoramento de Maria da Assunção Cristas, sobre “Transmissão contratual do direito de crédito”), Themis, 20-21 (2011);
- **Os paradigmas da ação executiva na Europa**, *Liber amicorum* Mário Frota, A causa dos direitos dos consumidores, Coimbra, Almedina, 2012, e Revista do Processo, 201 (2012);
- **As garantias reais no Código Civil Português, em especial o privilégio creditório e o direito de retenção**, Schriften zum portugiesischen und europhonen Recht, Heidelberg, Nomus, 2012;
- **Do conteúdo da base instrutória**, Julgar, 17 (2012)
- **Ampliação do âmbito do recurso excecional de revista com fundamento não invocado no ato de interposição**, Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, VI;
- **Sobre o conceito de ato processual**, Estudos em homenagem a Miguel Galvão Teles, Coimbra, Almedina, 2012, II;
- **Contrato de swap meramente especulativo. Regimes de validade e de alteração de circunstâncias**, ROA, 2012, IV;
- **Rubricas Ação popular, Acesso aos tribunais e Caso julgado** da Enciclopédia da Constituição Portuguesa, coordenada por Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho, Lisboa, Quid Juris, 2013;

- **Apreensão, separação, restituição e venda**, I Congresso de Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2013;
- **A falsidade no direito probatório** (2ª edição atualizada), Almedina, 2013;
- **A confissão no direito probatório** (2ª edição) Coimbra Editora, 2013;
- **A ação declarativa comum** (3ª edição) Coimbra Editora, 2013;
- **Sobre o novo código de processo civil (uma visão de fora)**, ROA, 2013, I;
- **A cominação semiplena na impugnação de despedimento coletivo e o art. 198º-2 do CPC**, ROA, 2013, I;
- **Introdução ao processo civil** (3ª edição), Coimbra Editora, 2013;
- **A ação executiva** (6ª edição), Coimbra Editora, 2014;

além de diversos artigos de conteúdo jurídico em jornais, entre os quais “O Público”, “O Expresso” e o “Diário de Notícias”.

Foi eleito pela Assembleia da República, em junho de 1989, em setembro de 1997 e de novo em dezembro de 1999, para o Conselho Superior da Magistratura, órgão de que deixou em 2003 de fazer parte.

Foi eleito como vogal do Conselho Superior da Ordem dos Advogados para o triénio 2005-2007.

Foi designado como vogal do Conselho de Ética para as Ciências da Vida da Assembleia da República para o quinquénio 2009-2014.

Tem participado em congressos, colóquios e simpósios na área das ciências jurídicas, em Portugal e no estrangeiro, e neles tem feito comunicações, com maior incidência no domínio do processo civil. Destaca, das suas participações internacionais:

- Em 1981, comunicação a um colóquio luso-brasileiro sobre direito processual civil, realizado em Lisboa, com o tema “Os cônjuges e a execução”;
- Em 1991, comunicação ao IV Congresso Mundial da Associação Internacional de Direito Processual, realizado em Coimbra, com o tema “O princípio da igualdade das partes em processo civil”;
- Em 1992, comunicação a um congresso europeu sobre O Juiz de Paz na Europa, realizado em Palermo, com o tema “A experiência portuguesa do juiz de paz”;
- Em 1994, comunicação a um congresso sobre A Comunicação das Sentenças na Europa, realizado nas Canárias, com o tema “A revisão das sentenças estrangeiras em Portugal”;
- Em 1994, comunicação a um seminário sobre O Direito da Execução, realizado em Liège, com o tema “O sistema português de execução civil”;
- Em 1996, comunicação a um seminário sobre A Citação e a Notificação dos Atos Processuais na Europa, realizado em Paris, com o tema “O sistema português de citação e notificação de atos processuais estrangeiros”;

- Em 1997, conferência na Università Statale di Milano sobre “A reforma do direito processual civil português”;
- Em 1997, comunicação a um seminário sobre O Título Executivo Europeu, realizado em Helsínquia, com o tema “A Convenção de Bruxelas e a execução da sentença estrangeira em Portugal”;
- Em 1997, comunicação sobre “A fraude à lei na provocação da competência de tribunal estrangeiro”, em reunião no Porto da Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung;
- Em 1998, comunicação a um congresso europeu sobre O Juiz de Paz na Europa, realizado em Palermo, com o tema “O juiz de paz no sistema de direito processual português”;
- Em 1999, comunicação a um seminário sobre A Realização do direito na Europa e as Garantias da Defesa, realizado em Lisboa, com o tema “A garantia do direito de defesa”;
- Em 2000, relatório de *atelier* em seminário, realizado em Paris, sobre “O reconhecimento mútuo das decisões civis”;
- Em 2002, comunicação a um seminário sobre A Citação e a Notificação dos Atos Processuais nos Países da União Europeia, realizado em Barcelona, com o tema “A citação e a notificação na lei processual portuguesa”;
- Em 2002, comunicação a um seminário sobre o Código Modelo de Processo Civil para a América Latina, realizado em Roma, com o tema “Influência do Código Modelo na revisão da legislação processual civil portuguesa”;
- Em 2003, comunicação a um seminário sobre A sociedade Anónima Europeia, realizado em Lecce, com o tema “A responsabilidade dos administradores”;

- Em 2004, comunicação a um seminário sobre O Processo de Insolvência Transnacional, realizado em Trieste, com o tema “A falência internacional em direito português”;
- Em 2005, comunicação a um congresso sobre O Direito da Execução, realizado em Estrasburgo, com o tema “A execução de imóveis em Portugal e na Bélgica”;
- Em 2007, comunicação ao VIII Congresso Mundial da Associação Internacional de Direito Processual, realizado em Salvador/Baía, com o tema “Novas perspectivas do direito da insolvência”;
- Em 2007, comunicação sobre “Os direitos reais de garantia no Código Civil Português” em reunião em Lisboa da Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung;
- Em 2009, comunicação ao 2º Congresso da Ordem dos Advogados Brasileiros, realizado em Ouro Preto/Minas Gerais, com o tema “O princípio do contraditório no processo executivo”;
- Em 2010, comunicação a um seminário sobre o projecto do novo Código de Processo Civil brasileiro, realizado em Brasília, com o tema “Os princípios gerais na reforma do processo civil/A experiência portuguesa”;
- Em 2011, comunicação a um seminário sobre o projecto do novo Código de Processo Civil brasileiro, realizado em Belo Horizonte / Minas Gerais, com o tema “Os paradigmas da ação executiva na Europa”;
- Em 2013, três comunicações a um seminário sobre a Reforma da Justiça Civil /Uma Visão de Direito Comparado, realizado em

Valparaíso e Santiago do Chile, com os temas “O papel do Supremo Tribunal de Justiça em Portugal e o sistema de recursos à luz do art. 6 CEDH”, “A execução em Portugal: lições e experiências positivas e negativas” e “O papel ativo do juiz e o dever de cooperação das partes na eficiência e na justiça processuais”;

- Em 2013, participação em Congresso sobre a Ação Popular, realizado em Verona, Itália.
- Em 2013, comunicação “A experiência recente da execução civil no direito português e as perspectivas de futuro”, ao II Encontro Luso-Brasileiro de Direito, com o tema Tensões entre o Público e o Privado realizado em Belo Horizonte – Brasil.

Tem elaborado e colaborado na elaboração de estudos visando a reforma do Código do Processo Civil. Tem, neste campo, vindo, desde 1985, a proferir conferências patrocinadas, entre outras entidades, pelo Ministério da Justiça, por faculdades de direito, pela Ordem dos Advogados, pelo Centro de Estudos Judiciários, pela Associação de Magistrados Judiciais e pelo Conselho Superior da Magistratura; apreciou, em nome da Ordem dos Advogados, o anteprojeto e o projeto da Comissão Encarregada da Revisão do Código de Processo Civil, presidida pelo Prof. Antunes Varela; integrou a comissão que elaborou as Linhas Orientadoras da Nova Legislação Processual Civil, apreciou o Projeto de Revisão do Código de Processo Civil (da 1ª comissão) e integrou a 2ª Comissão de Revisão do Código de Processo Civil; teve várias intervenções ao longo do processo de elaboração da reforma da ação

executiva, tendo sido, por fim, encarregado da revisão do projecto que deu lugar ao DL 38/2003, de 8 de março; organizou e dirigiu, em nome da Jurisnova, dois seminários sobre a reforma da ação executiva, que se realizaram em 2003 na Universidade Nova de Lisboa; tem continuado a acompanhar e apreciar as sucessivas alterações ao código.

Organizou e dirigiu, em nome da Jurisnova, um seminário sobre o novo processo de insolvência, que teve lugar em 2005, e um seminário sobre o novo direito de arrendamento, realizado em 2006. Presidiu a um colóquio sobre os 40 anos do Código Civil Português, que teve lugar em maio de 2007, bem como, juntamente com o Prof. Stefan Grundmann, a um colóquio sobre o mesmo tema, realizado em Lisboa no mesmo ano, sob a égide da Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung. Em colaboração com o Prof. Georges de Leval e a Chambre des Huissiers de Justice belga, organizou e dirigiu um colóquio sobre a realização do direito e a garantias da defesa, que teve lugar em Lisboa, em 1999.

Representou o Governo Português no Conselho da Europa, entre os anos de 1977 e 1981, em seis sessões duma comissão sobre a força probatória da cópia documental e do registo em computador, a que presidiu a partir da 3ª sessão.

Fez parte, em 1997, duma comissão restrita de processualistas europeus encarregada pela Comissão da União Europeia de elaborar um projeto de revisão do sistema de *exequatur* regulado na Convenção de Bruxelas.

Foi ouvido, como perito português, sobre o anteprojeto Hazard-Taruffo para o processo dos litígios comerciais.

Fez parte em 2007, como perito processualista, numa comissão do Conselho Económico e Social da União Europeia encarregada de se pronunciar sobre uma regulamentação europeia da penhora de depósitos bancários.

Tem colaborado, como relator nacional, na edição de obras sobre o direito processual dos países europeus, tendo sido relator geral numa delas, dedicada à prova.

Tem exercido advocacia em tribunais europeus. Tem desempenhado a função de árbitro, em arbitragens singulares ou coletivas.

É membro das seguintes associações internacionais:

- DLJV – Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung
- AIDP – Associação Internacional de Direito Processual
- IIADP – Instituto Ibero-Americano de Direito Processual
- ELI – European Law Institut
- AIGLI – Associazione di Giuristi di Lingua Italiana